



## APOSENTA TEU GRILHÃO, PATRÃO: O MOVIMENTO SINDICAL NA IMPRENSA PERNAMBUCANA (1900-1930)

Joel Rodrigues de Moura<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho está situado no campo dos estudos sobre trajetórias de grupos sociais, com ênfase a aspectos relacionados a história política na sua interface com a concepção de memória. Toma-se como objeto de investigação o movimento sindical no início do século XX, especificamente no Estado de Pernambuco, particularmente entre os anos de 1900 e 1930, a partir da representação midiática de seus personagens e pautas principais. Tem-se como objetivo o resgate da sua gênese e desenvolvimento, de modo a identificar a relação entre movimentos de trabalhadores e conquista de direitos políticos no referido período. O trabalho será dividido em três momentos: (i) revisão bibliográfica a respeito da trajetória do movimento sindical no Brasil e, em particular, em Pernambuco; (ii) levantamento de dados empíricos a partir da análise dos jornais em circulação no período estabelecido; (iii) sistematização e interpretação dos dados levantados por meio da identificação das principais lideranças e da categorização das pautas identificadas. Neste contexto, o presente trabalho pretende resgatar a memória da organização política dos trabalhadores em Pernambuco, com ênfase à representação na mídia do contexto das vivências sociopolíticas das relações patrão-empregado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalhadores. Sindicatos. Classe social. Imprensa.

### 1 CONTEXTUALIZAÇÃO: DAS ORIGENS DO TRABALHO OPERÁRIO E A NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHADOR

Pelos idos do final do Século XVIII se teve início no mundo ocidental um processo de transição na produção de bens: a Revolução Industrial. Tal processo proporcionou a manufatura de bens de consumo numa escala inimaginável até então. As oficinas de artesãos perderiam espaço para o ritmo e proporcionalidade de produção das fábricas, e seus trabalhadores seriam absorvidas pelas mesmas. Silva e Silva (2009) apontam que neste momento inicial da industrialização os artesãos foram recebidos com grande dispensa, uma vez que o maquinário de produção, que cumpria automaticamente muitas etapas feitas manualmente, não precisava de uma quantidade grande de pessoas

<sup>1</sup> Estudante do Mestrado Profissional em História, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Brasil.



para operar. Essa demanda reduzida na força trabalhadora possibilitou que os donos das fábricas ofertassem uma compensação salarial enormemente reduzida. Ao trabalhador fabril ficou formado o desolador cenário: ou encaravam o desemprego ou se sujeitavam a salários injustos e debilitantes jornadas de trabalho.

De modo geral, a industrialização afetou os trabalhadores de forma aproximada. Independente dos momentos específicos em que as fábricas surgiam, se fazia notar uma imensa exploração da força de trabalho em ambientes insalubres. Esses trabalhadores, por operarem o maquinário fabril, receberam a alcunha de operários. No início do mundo industrializado, homens, mulheres e crianças eram todos submetidos a jornadas de trabalho árduas. Registram-se casos em que trabalhadores cumpriam expedientes de até 19 horas de trabalho sequencialmente, sem nenhum dia de descanso.

Durante o início da industrialização mundial o Brasil manteve-se firme em sua economia tradicional, seguindo um modelo antigo monocultor extensivo, de latifúndio de exportação que usava mão-de-obra escrava: a base política e econômica do Brasil Imperial. Apenas nos últimos anos do Século XIX parte das elites locais, apoiadas pelo governo imperial e ligadas aos centros industriais, encorajados por mudanças sociais e econômicas em todo o mundo, lentamente se inclinavam à ideia de o país ser palco de um esforço industrialista. Nos últimos anos do referido século ocorreu o golpe da Proclamação da República e os olhos do Estado brasileiro focaram-se em gerir sua própria existência e sobrevivência, de modo que, apesar do federalismo, o poder de governança *de facto* estava nas mãos das antigas oligarquias, que por tradição majoritariamente ruralista, barravam o caminho de um país industrializado. Dessa forma, permanecia um sistema de produção exportador de matéria prima, quase inalterado daquilo que existia desde os idos dos tempos coloniais.

Exposto isso, podemos afirmar que o processo de industrialização brasileira (e em toda América Latina) teve um tímido início. A classe trabalhadora entrava numa importante metamorfose: devido à Abolição da Escravatura em 1888, a mão-de-obra escravizada foi substituída pelo assalariado livre. A dinâmica social nas relações de trabalho teria uma profunda mudança: se por um lado o empregador não era mais amo e senhor de seus subalternos, dono e responsável por suas vidas, ele também estava isento



de qualquer responsabilidade para com seu empregado além do pagamento do trabalho fornecido. Acidentes de trabalho, manutenção das ferramentas do trabalhador, alimentação do mesmo, tudo isso seria problema dele próprio.

Os patrões industriais, herdeiros da estrutura e pensamento monocultor escravista, dispensavam a sua mão de obra livre o mesmo tratamento que sujeitavam os escravos de outrora. O operário era um homem livre, mas isso não significava que naquele momento histórico os trabalhadores livres eram tratados com dignidade e justiça por seus patrícios. A nascente sociedade capitalista industrial não se importava em promover bem estar social para todos. No que se diz respeito a isso, a ordem do dia, representada em uma fala atribuída ao presidente Washington Luiz, era que “a questão social é um caso de polícia” (MUNAKATA, 1981, p. 9). Essa tal “questão social” era encargo da Força Pública, que nada mais era um nome dado ao aparato policial, utilizado como aparelho repressor quando a classes desfavorecidas se rebelavam em luta por demandas próprias. É digno de se apontar que no período abarcado não existia nenhuma forma de legislação ou salvaguarda litigiosa em prol do trabalhador, de modo que todas as relações de trabalho eram ditadas pelos empregadores, sem nenhuma interferência do poder oficial, que no dado momento histórico, estava muito ocupado tratando de não desintegrar-se. Um liberalismo completamente predatório.

Com a afluência de milhares de imigrantes a aglomeração populacional transformou as relações dentro dos grandes centros. A acumulação dos capitais agrários possibilitou a modernização das cidades. O desenvolvimento da vida nas cidades antecedeu o processo industrial e possibilitou o surgimento dessa.

Em um cenário em que a sociedade e as relações sociais entre trabalhador livre e empregador eram virtualmente as mesmas entre escravizadores e escravizados, uma luta aberta por direitos era agudamente desigual: nessa corrente, os trabalhadores eram o elo fraco. Donos apenas de sua própria força de trabalho numa sociedade completamente vertical, os operários se viram forçados a encontrar formas de, apesar do “sistema”, mover forças para que suas vozes fossem ouvidas e suas demandas atendidas.

Depois de décadas após o nascimento do universo fabril os trabalhadores perceberam que se exercessem pressão de diferentes formas a classe patronal, poderiam



conquistar melhorias imprescindíveis em seu universo de trabalho. Os trabalhadores, em sua luta diária pela sobrevivência, levariam certo tempo para se identificarem em seus papéis nesse novo mundo industrial, de modo que a consciência de classe foi um lento processo gradual de feitura de um mecanismo de organização e luta.

Nessa primeira etapa da industrialização brasileira a maior parte dos trabalhadores das primeiras fábricas foi de origem estrangeira, majoritariamente europeia. Esse fato não se deve à falta de mão de obra capacitada no país, e sim por conta de uma iniciativa de branqueamento da população brasileira (em maioria negra, vítimas da escravidão recém findada) que havia começado durante o final do Século XIX. Tal política teve como efeito colateral o desenvolvimento acelerado do amadurecimento organizacional dos novos operários do país, uma vez que esses imigrantes que ocupavam as fábricas advinham de países em que os processos de luta sindical estavam bastante avançados. Consequentemente, isso acelerou o surgimento dos sindicatos no país.

As organizações sindicais fundadas entre os séculos XIX e XX são comumente sem presidentes, libertárias, carregadas de ideais anarquistas, organizadas e conduzidas de forma secreta, com o intuito de proteger seus membros dos aparatos repressores do Estado. Os primeiros sindicatos normalmente se consideravam células revolucionárias, com o objetivo maior de, além da disputa econômica, a derrubada do *establishment*<sup>1</sup>. Contudo, a linha anarquista não era a única presente no movimento operário. Existiam movimentos sindicais de caráter moderados, pouco reformistas e até mesmo conciliatórios. Foot-Hardman e Leonardi (1982) aponta que o que ditava o tom das organizações de trabalhadores era o contexto particular de cada movimento classista.

## 2 O JORNAL: ARTICULADOR POLÍTICO E IDEOLÓGICO

No início da industrialização as sociedades ocidentais eram essencialmente oligárquicas. O mundo se modernizava, mas a priori o poder de exercer mudanças ainda estava nas mãos de grupos de elite seletos. Desta forma, os trabalhadores não podiam

<sup>1</sup> Ordem estabelecida numa sociedade, ou um grupo de pessoas poderosas e influentes o suficiente para ditar as regras no contexto político, social e econômico de uma região ou organização. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/establishment/>. Acesso em: 07/11/2021.



organizar sua mobilização sem sofrer represálias por desafiarem a ordem imposta, de modo que teriam que promover suas articulações de modo discreto. Para isso, os sindicalistas encontraram no jornal um grande aliado, que pode ser identificado como um importante instrumento de politização (SANTOS, 2008). Geralmente feito às escondidas nas prensas dos patrões, os periódicos produzidos pelos eram essencialmente clandestinos. Neles comumente se discutiam questões comuns ao dia a dia do operariado, concentrando-se em pautas de viés econômico, condições de trabalho, aumento de salários, reduções de jornada de trabalho e a divulgação de conquistas conseguidas por movimentos sindicais estrangeiros. A imprensa operária (ou sindical) surge no contexto da industrialização do Brasil, no século XIX, como uma extensão da organização do movimento operário e de movimentos do campo.

Além das pautas comuns ao imediatismo do mundo do trabalho das populações operárias, os primeiros jornais sindicais levavam novas ideias para serem discutidas em nosso país, introduzindo o hábito da leitura entre os trabalhadores, representando uma imprensa política e questionadora do sistema. Apesar de ser lugar comum afirmar que os jornais operários no Brasil vieram junto com a industrialização no fim do Século XIX, existem indícios que apontam que esse processo começou antes mesmo do grande processo da implementação fabril, nos idos de 1847, na capital de Pernambuco, então um cenário de vanguarda na embrionária industrialização (DE SOUZA DIANNA, 2016).

A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. (SODRÉ, 1991, p. 34)

Nesse cenário, podemos afirmar que para os sindicalistas, o jornal era uma ferramenta ideológica. Antes de prosseguirmos, talvez se faça necessário definirmos do



que é ideologia, para escaparmos do lugar comum difamatório de quando lidamos com esse termo no coloquial.

Uma definição abrangente seria que essa palavra comprehende um conjunto de ideias, crenças e formas de entender o mundo real e se posicionar dentro dele. O que é lido como real, normalmente é apenas uma percepção da realidade, uma visão ideológica que varia de acordo com os diferentes sujeitos históricos, em seus contextos particulares. Não raras vezes, os grupos hegemônicos de uma sociedade se utilizam do estreitamento de possibilidade de leitura dos fatos, para sustentar ou validar a ordem de coisas e estados favoráveis a legitimação de seu status quo.

Em uma dada sociedade não existe uma única ideologia, e sim várias. Muitos estudiosos definem que não somente classes sociais distintas possuem ideologias distintas - dentro do mesmo estamento social podem existir ideologias particulares sem negar que sim, existem ideologias hegemônicas.

Marilena Chauí (2001) observa que a ideologia é um sistema ordenado de ideias, representações e regulamentos que nos é apresentado como algo inalterável pelo mundo imaterial. Contudo, segundo a autora, tal apresentação é um equívoco. Nenhuma ideia existe independente de condições materiais da existência. Dessa forma, a ideologia aliena, faz com que o homem não se reconheça como agente histórico dentro de suas sociedades e se renda ao conjunto de ideias hegemônico. Para a autora é da realidade objetiva que ocorrem as mudanças ideológicas, e não ao contrário.

No contexto da organização dos trabalhadores se faz de extrema urgência a capacidade de discernir o que é real em seu mundo do real instituído pelo establishment. Lincoln de Abreu Penna, em seu “Imprensa e Política no Brasil” atenta que os documentos mais diretos em sua forma política, como manifestos, jornais representativos e até mesmo manifestos tem um caráter político bem definido. No geral, o mesmo não ocorre nos demais jornais ligados aos grupos hegemônicos, que se questionados, vão insistir em sua neutralidade.

O real não é um dado sensível nem um dado intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo



**XV COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP**  
**V COLÓQUIO DE HISTÓRIA DO PPGH**  
**2021 HISTÓRIA, ENSINO E**  
**PESQUISA EM TEMPOS**  
**DE PANDEMIA**

como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Essas relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que estes não tenham consciência de serem suas únicos autores.

É, portanto, das relações sociais que precisamos partir para compreender o quê, como e por que homens agem e pensam de maneiras determinadas, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações. (CHAUÍ, 2007, p. 19)

O jornal pode ser um canal de imposição de ideias. Muitos se utilizam dele como um mecanismo universalização e naturalização de visões de mundo. Não raras vezes, nas sociedades, as classes dominantes apresentam seus valores como algo comum e natural a todos, algo não-histórico e não-cultural. Os jornais operários têm o papel de conscientizar, mobilizar e informar os trabalhadores.

A imprensa tal como a conhecemos hoje nos tempos modernos, como uma forma impressa de fazer circular opiniões acerca de acontecimentos próprios à sociabilidade, em uma época em que os meios de comunicação eram escassos em comparação com os que hoje estão disponíveis ao exercício das comunicações interpessoais. Assim, o surgimento dos jornais, na forma de panfletos, permitiu a circulação de informações provindas, quase sempre, do desejo de alguns de tornar de domínio público seus pontos de vista. (PENNA, 2007, p. 09)

O início dos jornais operários em Pernambuco, que abrange o final do Século XIX e se estende até os anos da década de 1930. Tais periódicos têm uma forte marca anarco-sindicalista e seguem os moldes de publicações europeias. Nesse período vários jornais surgem, carregados de paixões ideológicas. Além daqueles produzidos na clandestinidade, existiam os que eram produzidos abertamente, de forma amadora e a duras penas para se bancarem e continuarem circulando, uma vez que o jornal era feito para o trabalhador despossuído pelo próprio trabalhador despossuído e contra a vontade do patronato.

O processo de articulação de luta pelos jornais é interrompido pela ascensão de Getúlio Vargas em 1930. A partir desse período, o movimento trabalhador ganha ares de sindicalismo partidário, deixando o anarquismo de lado. Para arrefecer as pressões dos movimentos trabalhistas que realizavam mobilizações e greves por todo o país para



garantirem seus direitos e devido espaço na sociedade brasileira, Getúlio promove o reconhecimento dos sindicatos perante a lei, cria o Ministério do Trabalho, estabelece o salário mínimo e cria leis acerca do trabalho no geral.

Contudo, a era getulista deu com uma mão e tirou com duas. Se por um lado o movimento sindicalista saía da ilegalidade, por outro os sindicatos são engessados por uma série de medidas legais e normas a serem seguidas, para somente assim o sindicalismo ser reconhecido como autêntico. Todas as medidas e normas iam de encontro a agenda do Estado, de modo que não sobrava espaço para um movimento combativo e antissistema. A imprensa operária sofria então um mortal silenciamento.

Desde a entrada em vigor da Lei de Segurança Nacional, em 1935, os sindicalistas vinham sofrendo perseguições e as entidades passaram a perder suas características. Para aumentar o poder do Estado sobre as organizações dos trabalhadores, Vargas consolidou um modelo de cooptação de dirigentes e a criação de novos sindicatos, visando controlar as reivindicações e constituir uma estrutura sindical vertical e subordinada ao Estado. (VIEIRA, 1996, p. 15)

## **2.1 OS JORNAIS DE PERNAMBUCO EM MEIO AO MUNDO MODERNO EM ASCENSÃO**

Como dito anteriormente, a jovem nação independente, ainda nem centenária, havia passado de um regime régio escravista para uma república de pessoas livres, tentando encontrar seu lugar em um mundo que rapidamente avançava tecnologicamente e em breve sofreria as consequências do grande trauma que seria a Grande Guerra de 1914-1918. A República não traria de imediato nenhuma reestruturação de classes ou mudanças no poder político nacional. Nem sequer poderia, visto que no momento em que o novo regime se iniciou a base do poder ainda residia no setor latifundiário, responsável por movimentar a economia nacional com sua estrutura agroexportadora. Contudo, a transição do Império para a República traria, mesmo que lentamente e a contragosto das elites, profundas mudanças estruturais no Brasil. Tais mudanças seriam efeitos colaterais do capitalismo industrialista que se espalhava pelo mundo ocidental.



Desde o Século XVI Pernambuco era dominado pela indústria açucareira e as elites locais ligadas a ela. Assim como praticamente todos os estados brasileiros desse período, era, essencialmente, um estado agrário e exportador. Esse coronelismo ruralista, contudo, não representava nenhum atraso. Representava, pois, que qualquer mudança acontecida no estado teria que ser aprovada pelo escrutínio dos grupos dominantes para não encontrar resistência. Em finais do Século XIX, o estado nordestino, baseado nos exemplos dos grandes centros europeus, estava se modernizando rapidamente sob certos aspectos, especialmente nos aspectos de urbanização. O movimento iniciou-se em Recife e irradiava para os outros grandes centros importantes, que em menor escala e velocidade irradiavam para os centros de menor influência.

Essa modernização, contudo, era o que Peter Eisenberg (1977) chama de “modernização sem mudança”, já que se por um lado Pernambuco se modernizava a passos largos, as novidades não traziam grandes transformações nas relações sociais altamente desiguais para o grosso da população pernambucana. Se vendia a ideia de que mudanças nas bases da sociedade eram nada mais que subversão, de modo que as mudanças eram verticais, e os grupos sociais da elite pernambucana colhiam os melhores frutos. Esse era o cenário social de Pernambuco, que acorrentado a valores coloniais, tradicionalismos e sob o jugo de coronéis rurais, convivia com o desafio de acompanhar o acelerado desenvolver da urbanização e indústria mundial.

Esse cenário de expansão urbanística e industrial era favorável ao mercado interno e urbano e construía uma realidade populacional que tinha como principal marca sua predominância nos meios rurais. Esse seria o berço da imprensa capitalista no Brasil. Pernambuco desfrutava de uma posição de vanguarda, uma vez que estava inserido nesse contexto com o Diário de Pernambuco que, circulando desde 1825, configura-se como o mais antigo jornal em circulação em toda a América Latina.

Alfino (2014) aponta que na virada do Século XIX para o XX a imprensa pernambucana moldava-se perfeitamente ao de uma empresa capitalista, expansiva e com influências de conceber uma consciência (ideologia) regional. A imprensa de Pernambuco se fazia presente em vários estados da região nordeste, do Ceará a Alagoas.



Do período abarcado por este artigo, a década de 1920 foi o período mais atribulado em Pernambuco durante a Primeira República. A intensa movimentação política e social, decorrência da Grande Guerra e todos os traumas que trouxera, se viu materializada em vários protestos contra o *status quo* vigente. Nesse contexto de rupturas, mudanças e modernização, o estado de Pernambuco era palco de diversos e intensos conflitos políticos em que as oligarquias locais mediam forças com representantes políticos do governo central e outros opositores locais. Nesse cenário, os jornais da capital do estado se dividiam em grandes blocos: os que pertenciam aos blocos dominantes ou os que eram feitos por seus opositores.

Ligada ao desenvolver urbanístico e industrial, existia a imprensa nos moldes do capitalismo, que nos anos 1920 já dava os primeiros passos com a estrutura de comunicação de massa, desenvolvendo os indivíduos de forma sociocultural, com a produção de bens culturais para consumo (THOMPSON, 2009). A atividade jornalística em Pernambuco era bastante intensa e possibilitou uma enorme rede de jornais no estado, dentre os quais o Jornal do Commercio, adotado como Diário Oficial do estado de Pernambuco em 1920 (ALFINO, 2014).

O Jornal do Commercio beneficiou-se não só do efeito financeiro proveniente de sua adoção como publicação de assuntos oficiais do governo estadual, mas também por possibilitar sua aparelhagem como ferramenta privada das hegemônias locais, ao aumentar, ao nível de dimensão de poder de influência da imprensa, a ideologia do governo da ocasião. Ou seja, o jornal seria um *front* de construção de padrões comportamentais, formação de opinião oficial e controle social, tentando, pois, construir uma realidade social que ia de encontro aos interesses dos grupos dominantes.

[...] a Imprensa acelera o consumo de outros bens, produzidos pela indústria, divulgando-os, através da publicidade, às camadas da população que antes dele não tinham conhecimento. Assim, a imprensa em moldes industriais transforma-se num novo setor de capitalização, e, igualmente, em força propulsora do mercado econômico, acelerando a circulação de mercadorias dentro do esquema clássico de economia-produção-circulação-consumo. (CAPARELLI, 1986. p. 72).



Apesar de existirem jornais que se diziam apartidários, nenhum deles se identificavam como neutros, como é tão comum no jornalismo contemporâneo (LINS e LIRA, 2006). No início do Século XX simplesmente não se fazia alusão a esse princípio. Os jornais sempre defendiam e se identificavam com algo, normalmente grupos políticos e classes sociais, criticando ou elogiando estado de coisas, figuras públicas e instituições que chocavam ou iam de encontro a suas agendas particulares. Os jornais não se faziam de rogados para evidenciar os setores os quais representavam. Era evidente sua ligação com aristocracias fundiárias e industriais, como Carlos Lyra, dono do Diário de Pernambuco, e João Pessoa de Queiroz, dono do Jornal do Commercio. Havia também lideranças vinculadas à imprensa operária. Destacam-se no presente artigo os jornais A Tribuna do Povo, A Hora Social e Diário do Povo.

De tal forma, a imprensa pernambucana tinha uma ação política considerável, figurando como autêntico campo de batalha em debates de variados assuntos, de ordem política ou sociocultural, mas sempre voltados para a representação ideológica dos grupos políticos e sociais que se dedicavam aos periódicos.

A política não ficava restrita aos jornais. Em vários casos, a luta política foi a causadora de assassinatos, perseguições e fechamentos de redações inteiras. O uso da violência contra as entidades de imprensa era comum ao jovem Estado republicano. O aparato policial muito mais que um instrumento de manutenção da paz social, era usado como ferramenta de violenta repressão, chegando mesmo a figurar como braços armados pessoais de governantes.

## 2.2 ALGUNS JORNAIS OPERÁRIOS DE PERNAMBUCO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

*A Hora Social*

O jornal *A Hora Social*, fundado em 1919 e fruto da organização da Federação da Classe Operária de Pernambuco, foi um dos primeiros representantes da imprensa operária do estado, articulado pela juventude intelectual e trabalhadores de fábricas. Com inclinações socialistas e anarquistas, seu mais famoso lema era que era um “órgão do



povo e para o povo”. Por tal inclinação, era um dos periódicos mais vigiados pelo aparelho repressor.

De acordo com Nascimento (1967, p. 208), o jornal estampava em seu primeiro exemplar: “No dia em que as organizações operárias, quer se chamem sindicatos ou conselhos de operários, forem o único poder, isto é, no dia em que o proletariado fizer a sua revolução política, neste dia o trabalhador estará emancipado do seu patrão”.

O autor ainda traz um trecho do artigo programa:

Depois da luta contínua e indefessa, vem a rua o jornal diário do proletariado pernambucano. O quanto de esforço e sacrifícios de toda ordem nos custa essa iniciativa tão promissora para a causa trabalhista. Só o sabem os que vem de perto acompanhando a ação dos propulsores do arrojado *tentamen*. Agora, mais do que nunca, apelamos para o espírito de união e dedicação das classes trabalhadoras do estado, em cujas mãos depomos a sorte desta folha, que menos não é que o baluarte de sua defesa, o paladino estremado dos seus direitos e interesses (NASCIMENTO, 1967, p. 207).

Em seu expediente dizia-se que a folha era redigida por “um grupo de camaradas” e sua função era a defesa das classes trabalhadoras de Pernambuco. O jornal era repleto de reportagens e artigos que focados nas reivindicações do operário pernambucano. Não escondia seu viés anticapitalista.

Por causa de seu conteúdo, frequentemente os redatores eram convocados a prestarem esclarecimentos a polícia. Essa relação instável com o Estado teve um triste desfecho para o jornal no ano de 1920, quando uma greve foi deflagrada graças aos artigos inflamatórios do jornal. A resposta do governo foi a destruição da redação da entidade pela polícia, forçando o A Hora Social a encerrar as atividades no mesmo ano.

#### *Diário do Povo – Órgão dos interesses coletivos de Pernambuco*

Seu primeiro exemplar circulou em 13 de setembro de 1921. Em seu cabeçalho constava o slogan “Educar o povo para que o povo eduque os governos” e “é mais nobre ser vencido pela verdade do que vencer pelo erro”.



Conforme levantamento de Nascimento (1967), o editorial de apresentação do jornal constava:

Este jornal surge como rebento legítimo do estado de ânimo que acaba de levantar Pernambuco em peso para a defesa dos seus direitos e vitais interesses. Ele pretende dar forma definida, estabilidade, vida e atitude deste povo que lhe granjeou o respeito e admiração de todos os brasileiros e o reintegrou na consciência das suas forças e na dignidade de seu destino (NASCIMENTO, 1967, p. 231).

De grande espírito combativo, ingressou em diversas lutas sociais, dentre elas uma campanha contra a limitação dos direitos dos oficiais do exército brasileiro de se manifestarem sobre problemas na sucessão presidencial, um fato em evidência nesse período. Devido aos atritos dentro e fora do jornal e ao seu envolvimento direto com causas sociais e políticas, o entusiasmo pela publicação erodiu de dentro para fora e ele parou de circular em 1922.

#### *A Tribuna do Povo*

Este é um expoente do efervescente período de engajamento na imprensa operária. Fundado pelo tipógrafo Antônio Bernardo Canellas em 1918, viria a ser virtualmente o maior dentre representativos dos sindicatos pernambucanos (BARTZ, 2013, p. 2). Entre os anos de 1918 e 1919 discutiria principalmente os rumos da revolução social que acontecia na Europa, e as ansiedades e expectativas acerca do esperado momento em que essa onda revolucionária aportasse no Brasil.

No ano de 1919 A Tribuna perde seu papel protagonista na imprensa operária pernambucana, dividindo o estrelismo com o periódico A Hora Social. Enquanto isso, as divisões do movimento operário dentro do próprio jornal o erodiam. Apesar disso, A Tribuna do povo não esmoreceu de sua missão de contribuir no esclarecimento sobre o que acontecia nos movimentos operários ao redor do mundo.

Devido à escassez de artigos além do ano de 1919, não sabemos ao certo até que ano o periódico continuaria. Especulamos que o jornal pode ter sido vítima do



aparelho repressor do estado como também das disputas entre as facções dentro do movimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa foi um dos primeiros bastiões do movimento sindical em Pernambuco e em todo o Brasil. Em uma época em que o país seguia piamente os desmandos das elites locais, serviu como agente transformador de realidades, alfabetizando, organizando e aglutinando os operários em sua luta pela conquista de reconhecimento de seu papel e seus direitos dentro de uma nascente sociedade industrial na virada do Século XIX para o XX.

Nesse cenário, Pernambuco vivia em uma dicotomia. Se por um lado o estado era grande vanguarda em mobilização política e palco de grandes lutas de caráter transformatório desde os idos coloniais, por outro estava firmemente na mão das oligarquias que, sempre defendendo seus interesses e agendas, frequentemente figuravam como agentes inviabilizadores de mudanças que pudessem figurar ameaças para seu status quo. Para a imprensa, esse panorama incongruente era um frágil santuário.

O grande fluir de ideias permitia que os jornais assumissem o papel de agente transformador na sociedade, porém, assim que assumisse uma posição inconveniente para os grupos hegemônicos locais, corriam o risco de serem postos a pique pelos mesmos, que se utilizavam dos aparatos repressores oficiais e/ou pessoais para desbaratá-los, sob a pretensão de estar defendendo a tranquilidade social, dando fim a subversão. A imprensa operária pernambucana, voz dos despossuídos e invisibilizados, sofreu com esses males com maior contundência que a imprensa de consumo, e fora virtualmente silenciada nos anos 1930. Antes de seu encilhamento, contudo, depositou profundamente a fecunda semente da mudança e espírito combativo no seio do movimento trabalhista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFINO, Luiz Carlos dos P. Serpa. A imprensa oficial e a realidade construída: uma análise discursiva do Jornal do Commercio no estopim do movimento tenentista. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, n. 2, 2014.



XV COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP  
V COLÓQUIO DE HISTÓRIA DO PPGH  
**2021** HISTÓRIA, ENSINO E  
PESQUISA EM TEMPOS  
DE PANDEMIA

BARTZ, Frederico Duarte. No limiar da nova era": A Tribuna do Povo de Recife e a Revolução Mundial. 1918-1919. In: Simpósio Nacional de História XXVII, **Anais**, Natal, 2013.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. Summus Editorial. São Paulo, 1986

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense. São Paulo, 2001.

DE SOUZA DIANNA, Eduardo Matheus. O movimento operário na Primeira República, debates, considerações e contribuições. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 10, n. 20, p. 16-37, 2016.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977

FOOT-HARDMANN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1982.

LINS, Aline Maria Grego; LIRA, Ana Paula Araújo. A Imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX. In: MELO, José Marques de. (Org.). **Síndrome da Mordaça: mídia e censura no Brasil**. Metodista Editora, 1 ed., v. 01, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa em Pernambuco (1921-1954)**. Imprensa Universitária, Recife, v. 3, 1967.

PENNA, Lincoln de Abreu. Imprensa e Política no Brasil: A militância jornalística do proletariado. **E-papers**. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Laura Leboso Alemparte Abrantes dos. **O jornal como instrumento de politização, de propaganda política e de organização: a imprensa operária na primeira fase da industrialização brasileira**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. Editora Contexto. Recife, v. 3, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad. Rio de Janeiro, 1991

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. (Trad.) PUCRS. Rio Grande do Sul, 2009.



XV COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP  
V COLÓQUIO DE HISTÓRIA DO PPGH  
**2021** HISTÓRIA, ENSINO E  
PESQUISA EM TEMPOS  
DE PANDEMIA

VIEIRA, Toni André Scharlau. **Comunicação Sindical: proposta de uma política para as entidades.** Ulbra. Canoas, 1996.